

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 5

**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

A stack of several open books with white pages and various colored covers (red, blue, green) is visible at the bottom of the cover. The background behind the books is a light blue surface with faint mathematical formulas like C^2 , $C=2\pi r$, and $V=\pi r^2 h$.

Atena
Editora
Ano 2019

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 5
[recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida
Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena
Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na
Educação Brasileira; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-555-6

DOI 10.22533/at.ed.556192008

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação –
Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre
José. III. Série.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA	
Wanderson Amorim dos Santos	
Arlene Andrade Malta	
Evonete Santos do Espírito Santo	
Jailson de Jesus Santos	
Arlei Evangelista Santos	
Maria da Conceição Pinheiro de Santana	
Rafael da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5561920081	
CAPÍTULO 2	10
À EDUCAÇÃO FAMILIAR E O FEMINISMO ISLÂMICO COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL	
Lucas Batista Carriconde	
Nathalia Rafaela Paes e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5561920082	
CAPÍTULO 3	23
O MODELO DE EDUCAÇÃO FEMININA DO FILOSOFO LUÍS ANTÓNIO VERNEY NO SÉCULO XVIII	
Dyeinne Cristina Tomé	
DOI 10.22533/at.ed.5561920083	
CAPÍTULO 4	35
MÉTODO BAMBU NO ENSINO SUPERIOR: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Leidiane Francis de Araújo Costa	
Débora Morgana Soares Oliveira do Ó	
Reginaldo Luís da Rocha Júnior	
Suelayni de Azevedo Albuquerque	
Sílvia Elizabeth Gomes de Medeiros	
Soraia Lins de Arruda Costa	
Laís Helena de Souza Soares Lima	
Laryssa Grazielle Feitosa Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5561920084	
CAPÍTULO 5	45
METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM: GESTÃO DE PROJETOS EM GERONTOLOGIA	
Maria Luisa Trindade Bestetti	
Tássia Monique Chiarelli	
DOI 10.22533/at.ed.5561920085	

CAPÍTULO 6	57
MODELAGEM DE FILTRO DE MICROFITA COM GEOMETRIAS DIVERSAS E DEFORMAÇÕES NO PLANO TERRA COM O PROGRAMA DE SIMULAÇÕES DE ONDA COMPLETA	
Ana Paula Bezerra dos Santos Pedro Carlos de Assis Júnior Elder Eldervitch Carneiro de Oliveira Rodrigo César Fonseca da Silva Marcelo da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.5561920086	
CAPÍTULO 7	66
O CONCEITO DE IDENTIDADE DOCENTE NAS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Edlauva Oliveira dos Santos Leila Márcia Ghedin Evandro Ghedin	
DOI 10.22533/at.ed.5561920087	
CAPÍTULO 8	78
O USO DO MULTIPLANO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO DE POLÍGONOS A ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS	
Ana Kely de Albuquerque Sousa e Souza Abigail Fregni Lins Patrícia Sandalo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5561920088	
CAPÍTULO 9	87
O USO DOS JOGOS DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO DISPOSITIVO DE MEDIAÇÃO SIMBÓLICA COM UM GRUPO DE PROFESSORAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BRASÍLIA	
Simone Lisniowski Sandra Francesca Conte de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5561920089	
CAPÍTULO 10	98
OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E A CIDADANIA PLANETÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FORMAÇÃO	
José Auricélio Bernardo Cândido Geanne Maria Costa Torres Inês Dolores Teles Figueiredo Maria Rosilene Cândido Moreira Slayton Frota Sá Nogueira Neves Francisco José Maia Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.55619200810	
CAPÍTULO 11	109
OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO LOYOLA, EM BELO HORIZONTE (MG)	
Guilherme Rodrigues Pereira Frederico César Mafra Pereira Jorge Tadeu Ramos Neves	
DOI 10.22533/at.ed.55619200811	

CAPÍTULO 12	125
A CONTRIBUIÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
Jacqueline Maria Duarte Lewandowski	
DOI 10.22533/at.ed.55619200812	
CAPÍTULO 13	135
PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE PARADIDÁTICOS NO ENSINO DE QUÍMICA	
Karina Sasso Fernandes Irene Cristina de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.55619200813	
CAPÍTULO 14	149
PERFIL DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI	
Edson Luiz Tonello Junior Izabele Brandão Krueel	
DOI 10.22533/at.ed.55619200814	
CAPÍTULO 15	160
PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS?	
Janes Santos Herdy	
DOI 10.22533/at.ed.55619200815	
CAPÍTULO 16	173
REFLEXÕES ACERCA DO FENÔMENO DA TRANSGERACIONALIDADE PSÍQUICA E DA INTERDIÇÃO DE “FALAR SOBRE” COMO OBSTÁCULOS AO APRENDER PELA EXPERIÊNCIA	
Jackeline Jardim Mendonça Vera Lúcia Blum Andréia de Fátima de Souza Dembiski Daniely Cristina Santos Souza André Elias Cruz Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200816	
CAPÍTULO 17	185
REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO TRANSFERENCIAL E A PRODUÇÃO DE DADOS NO CAMPO DA PESQUISA COM O MÉTODO PSICANALÍTICO	
Renata Garutti Rossafa Vera Lúcia Blum André Elias Cruz Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200817	
CAPÍTULO 18	197
REFLEXÕES DA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA MODALIDADE EDUCACIONAL EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)	
Mateus Santos Neves Heloisa de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.55619200818	

CAPÍTULO 19	202
REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES DOS PARADIGMAS DA ESCOLA TECNICISTA	
<p>Claudeneý Licínio Oliveira Antônio José Müller Marcos Antonio Fari Junior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200819	
CAPÍTULO 20	218
REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES E O SUJEITO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA ANDRAGOGIA	
<p>Alcylanna Nunes Teixeira Antoniél dos Santos Gomes Filho Tamyris Madeira de Brito Jardel Pereira da Silva Thaís Lucena Grangeiro Zuleide Fernandes de Queiroz</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200820	
CAPÍTULO 21	230
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<p>Malcus Cassiano Kuhn</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200821	
CAPÍTULO 22	245
RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE E CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	
<p>Luciana Rios da Silva Elaine Pedreira Rabinovich Ivonete Barreto de Amorim</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200822	
CAPÍTULO 23	254
REPENSANDO A PRÓPRIA VIDA: AS NARRATIVAS DOS IDOSOS EM UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA	
<p>Laudicéia Noronha Xavier Annatália Meneses de Amorim Gomes Cleide Carneiro</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200823	
CAPÍTULO 24	265
REPRESENTAÇÕES SEMIÓTICAS DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS EM VÍDEO: RESULTADOS PARCIAIS	
<p>Lucilene Dal Medico Baerle Alan Vicente Oliveira Carlos Daniel Ofugi Rodrigues Carlos Roberto da Silva Cintia Fernandes Da Silva Flávia Caraíba de Castro</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200824	

CAPÍTULO 25	276
SIMULADORES DE QUÍMICA DISPONÍVIES NO PhET COLORADO: UM ESTUDO DE CASO PARA O CONTEÚDO DENSIDADE DE MASSA	
Lílian Amancio de Pinho Gomes Edilson Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55619200825	
CAPÍTULO 26	289
SÍNTESE E BIOENSAIO IN VITRO DE UM CANDIDATO Á FÁRMACO	
Herbert Igor Rodrigues de Medeiros Bruna Barbosa Maia da Silva Cosme Silva Santos Romário Jonas de Oliveira Juliano Carlo Rufino de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.55619200826	
CAPÍTULO 27	297
TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: SABERES E PRÁTICAS NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO IFPA- CAMPUS RURAL DE MARABÁ	
Maria Suely Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200827	
CAPÍTULO 28	307
TRILHA URBANA PARA DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL	
Lucélia de Almeida Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.55619200828	
CAPÍTULO 29	321
UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES: OFICINAS DE MEDIAÇÕES DIGITAIS PELO LALUPE/UEPG	
Elenice Parise Foltran Dierone César Foltran Junior Reinaldo Afonso Mayer	
DOI 10.22533/at.ed.55619200829	
CAPÍTULO 30	331
UM OLHAR PARA A TRANSDISCIPLINARIDADE EM PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ALGUMAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	
Rosamália Otoni Pimenta Campos Vania Roseli de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.55619200830	
CAPÍTULO 31	343
UMA ANÁLISE DAS REFORMAS ATUAIS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AMEAÇAS E RETROCESSOS	
Edna Sousa de Almeida Miranda Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.55619200831	

CAPÍTULO 32	355
UMA REVISÃO ACERCA DO (NÃO) EMPREGO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EXPERIENCIAL AO AR LIVRE NO BRASIL	
Erich de Freitas Mariano	
Kelvy Fellipe Gomes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.55619200832	
SOBRE OS ORGANIZADORES	368
ÍNDICE REMISSIVO	369

A CONTRIBUIÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Jacqueline Maria Duarte Lewandowski

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

RESUMO: A pesquisa que está sendo desenvolvida tem por objetivo analisar no âmbito das Instituições Federais de Ensino, mais especificamente no Instituto Federal do Paraná, o cargo público de Técnico em Assuntos Educacionais, sua atuação, suas atribuições e as relações daí decorrentes. O cargo público designado Técnico em Assuntos Educacionais possui como requisito para investidura no cargo graduação em Pedagogia ou qualquer Licenciatura; destina-se às instituições federais de ensino e é responsável por coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Dentro da classe dos técnicos administrativos em educação, os técnicos em assuntos educacionais são uma categoria heterogênea e historicamente considerada de forma secundária, considerados dentro de uma relação de subalternidade na instituição, conforme a revisão de literatura que realizamos. Embora a descrição do cargo atenda ao estabelecido pela lei, a realidade do trabalho que vem sendo desenvolvido tem evidenciado

tarefas administrativas, distanciando servidores de suas atividades típicas e da formação exigida para ingresso, graduação em Pedagogia ou qualquer Licenciatura. Neste sentido, esta pesquisa auxiliará a orientar a prática desse profissional, explicitando seus conhecimentos e sua formação pedagógica, a fim de ressaltar sua importância na instituição e evitar o desvio de função. As análises serão elaboradas a partir de revisão de literatura e da legislação em vigor sobre o tema, além da aplicação de questionários semiabertos aos técnicos em assuntos educacionais dos Campi do IFPR.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional. Técnicos em Assuntos Educacionais.

THE CONTRIBUTION OF TECHNICIANS IN EDUCATIONAL AFFAIRS OF THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ IN THE TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION ACTIVITIES

ABSTRACT: The research that is being carried out has the objective of analyzing the public position of Educational Affairs Technician in the Federal Educational Institutions, specifically in the Federal Institute of Paraná, its performance, its attributions and the resulting relations. The public position designated Technical in Educational Subjects has as requisite for investiture in the post graduation in Pedagogy

or any Degree; is intended for federal educational institutions and is responsible for coordinating teaching, planning and orientation activities, supervising and evaluating these activities, to ensure the regularity of the development of the educational process. Within the class of administrative technicians in education, the technicians in educational subjects are a heterogeneous category and historically considered of secondary form, considered within a relation of subalternity in the institution, according to the review of literature that we realize. Although the job description meets the requirements of the law, the reality of the work that has been developed has evidenced administrative tasks, distancing employees from their typical activities and the training required for admission, graduation in Pedagogy or any Degree. In this sense, this research will help guide the practice of this professional, explaining their knowledge and their pedagogical training, in order to emphasize its importance in the institution and avoid the deviation of function. The analyzes will be elaborated based on a review of the literature and the legislation in force on the subject, besides the application of semi-open questionnaires to technicians in educational subjects of the Campuses of IFPR.

KEYWORDS: Educational politics. Technicians in Educational Affairs.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa que estamos desenvolvendo tem como objetivo explicitar as atividades desempenhadas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE's), que são servidores administrativos em educação, e como estes servidores podem contribuir nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições Federais de Ensino.

O cargo de Técnico em Assuntos Educacionais é ainda pouco entendido dentro das instituições de ensino. Não se tem clareza de suas atribuições e por este motivo, o desvio de função é vivido por muitos servidores. A discussão sobre as atribuições do TAE, bem como suas contribuições para o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, insere-se no contexto dos especialistas em educação sendo necessário ancorar com a história e a atual realidade desses profissionais, com seu espaço de atuação – no caso desta pesquisa, em específico no Instituto Federal do Paraná.

Analisaremos ainda a falta de identidade TAE em razão dos requisitos de qualificação para ingresso no cargo e também a questão separatista entre técnicos e docentes, velada mas muito forte nas instituições. Falta de identidade no sentido de que os próprios servidores não tem clareza sobre suas atribuições e onde são lotados dentro da instituição de acordo com a formação que têm.

Os técnicos vem buscando qualificação no âmbito profissional, e afirmação enquanto categoria, por condições de igualdade com a classe dos docentes; pois ambas as categorias tem sua importância dentro das instituições.

A pretensão de realizar esta pesquisa é por ser servidora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), atuando como Técnica em Assuntos Educacionais, e percebendo a

real necessidade de explicitar as atribuições dos TAE's, deixar clara sua importância nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; analisar a questão da divisão de classes entre técnicos e docentes e a relação de poder que se constitui no interior das instituições de ensino.

Analisaremos de que maneira o processo identitário profissional destes servidores está se construindo, sob a imposição desta relação docentes x técnicos, divisão do trabalho entre os que pensam x os que executam, onde quase que em sua maioria, as instâncias de poder são ocupadas apenas por servidores da categoria docente.

Neste contexto Fonseca, Sales e Dias explicam o cenário que a categoria dos técnicos administrativos surgiu:

A inserção dos trabalhadores técnico-administrativos no espaço universitário das instituições públicas é marcada por contradições e representações múltiplas, todas construídas e reconstruídas sócio-historicamente. Uma delas, senão a mais importante: a divisão entre trabalho e educação, entre fazer e pensar. Tal dicotomia, já tão explorada por diversos autores (Saviani, 1994; Frigotto, 1998; dentre outros), remonta às culturas grega e romana, atravessando a Idade Média e consolidando-se na modernidade com todas as suas contradições, através de diferentes modelos educativos, formais e informais (FONSECA; SALES & DIAS, 2010, p. 213).

Aqui ressaltamos que a categoria dos técnicos administrativos em educação nos níveis C, D e E abrange não somente os Técnicos em Assuntos Educacionais, mas todos os demais cargos como auxiliares, assistentes, administradores, contadores, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, técnicos em informática; ou seja, todos os trabalhadores em educação que não sejam docentes.

Gonzaga relata após pesquisa na área, que

Ainda hoje, encontramos docente que se referem aos/as trabalhadores/as técnico-administrativos como “meu/minha” funcionário/a. Podemos interpretar esse fato como uma atitude intencional de manutenção da hierarquia professor/técnico-administrativo. Contudo, essa atitude revela o que há de mais perverso na relação que é a tentativa de “coisificar” o Outro, negando-lhe o direito ao nome e à identidade (2010, p.11).

Sendo assim, esta pesquisa se relaciona com a área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, uma vez que busca pesquisar a categoria dos Técnicos em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, suas atribuições estabelecidas pela legislação no contexto das políticas públicas vigentes e demais relações daí decorrentes. Está inserida dentro da linha de pesquisa educação, políticas sociais e estado.

Em relação aos objetivos específicos nossa intenção foi realizar um resgate histórico da criação dos cargos técnicos em educação; analisar as relações de poder docentes e técnicos administrativos em educação e procuramos responder ao questionamento “Como o técnico em assuntos educacionais pode contribuir nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas instituições federais de ensino”.

Dentro deste universo, será realizada a pesquisa, buscando estes objetivos e analisando todo o contexto dos profissionais da educação não docentes.

Em relação à metodologia, significa escolher um caminho. Para GIL (1999, p. 42) “o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. E estes procedimentos científicos que iremos adotar nesta pesquisa exploratória e qualitativa, visando proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (GIL, 1999, p. 42).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica, documental, de levantamento e estudo de caso. Após a pesquisa bibliográfica, serão construídos instrumentos que irão orientar a pesquisa, por meio da coleta de dados, através da análise documental, e após, serão aplicados questionários semiabertos aos técnicos em assuntos educacionais de todos os *Campi* do IFPR. O método será dialético, de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considerando que os fatos não podem ser avaliados fora de um contexto social, político, econômico, etc. (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

2 | RESGATE HISTÓRICO

2.1 Da criação do cargo

Os cargos técnicos administrativos em educação foram criados através da Lei 5.645 de 10 de dezembro de 1970, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais. O cargo específico de Técnico em Assuntos Educacionais se enquadra na descrição do inciso IX, do artigo 2º, ao especificar os cargos de provimento efetivo, como sendo “Outras atividades de nível superior” (BRASIL, 1970).

O Decreto 72.943 de 19 de julho de 1973 veio regulamentar este artigo, ao dispor sobre o Grupo – Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei 5.645 de 10 de dezembro de 1970. No artigo 3º, o decreto estabelece que

O Grupo-Outras Atividades de Nível Superior é constituído pelas Categorias Funcionais abaixo indicadas: Código NS-927 - Técnico em Assuntos Educacionais; [...] Art. 5º Poderão integrar as Categorias Funcionais a que se refere este Decreto, mediante transposição, os cargos vagos e ocupados, cujas atividades se identifiquem com as indicadas no artigo 1º, observadas as respectivas especialidades, de acordo com o seguinte critério: [...] XXV - Na Categoria Funcional de Técnico em Assuntos Educacionais, os de Técnico de Educação, Sociólogo, Psicólogo, Inspetor de Ensino e Instrutor de Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, bem como, por transformação, os de Assistente de Educação cujos ocupantes possuam diploma de Bacharel em Pedagogia devidamente registrado (BRASIL, 1973).

Já no artigo 10, o Decreto disciplina o ingresso no cargo, que deve ser por

concurso público cuja exigência era diploma de bacharel em Pedagogia ou dos cursos superiores de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Física.

Após, o Decreto nº 76.640 de 19 de novembro de 1975, alterou esta redação, registrando como requisito de qualificação para o cargo apenas diploma de curso superior para categoria funcional de Técnico em Assuntos Educacionais.

Em relação às atribuições e exemplos típicos de trabalho da classe, explicitadas na Portaria nº 416 de 17 de agosto de 1973 expedida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, o que se verifica é a **contradição entre a exigência de qualquer diploma em curso superior, e atribuições pedagógicas e educacionais**. Senão vejamos:

DESCRIBÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DA CLASSE: Atividades de coordenação, orientação e execução especializada de trabalhos pedagógicos visando à solução de problemas de educação, de orientação educacional, administração escolar e de educação sanitária. EXEMPLOS TÍPICOS DE TRABALHOS DA CLASSE: 1. Analisar as realizações educacionais do País e equacionar a problemática pedagógica. 2. Coordenar, revisar e orientar pesquisas de natureza técnica relacionadas com o estudo da legislação, da organização e funcionamento do sistema educacional, dos diferentes processos de aprendizagem, da administração escolar, dos métodos e técnicas empregados. 3. Propor medidas que visem melhorar o nível pedagógico. 4. Proceder a análises **e estudos pertinentes à área da educação** ou a outras áreas cujos reflexos nela venham a incidir. 5. Coordenar, orientar e executar em grau de maior dificuldade trabalhos especializados em assuntos de educação e administração escolar, inclusive cursos de pós-graduação. 6. Coordenar e orientar estudos e pesquisas relativos a psicotécnica, análises profissionais, processos de orientação e inquéritos sociais. 7. Orientar os alunos de modo a levá-los a uma opção profissional consciente. 8. Cooperar com os professores e com eles procurar resolver os problemas dos alunos, encaminhando-os a outros setores quando deles dependa a solução. 9. Zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e **correção dos aspectos didáticos e pedagógicos da administração escolar** na área federal. 10. Revisar programas de ensino, analisando seu rendimento e suas deficiências e estudando medidas de racionalização do trabalho escolar. 11. Participar da divulgação de atividades pedagógicas de interesse educacional. 12. Analisar obras didáticas e sobre elas emitir parecer. 13. Participar de reuniões de diretores de estabelecimentos de ensino, professores e orientadores educacionais. 14. Realizar palestras, seminários e conferências de interesse educacional. 15. Emitir pareceres em assuntos de sua competência. 16. Fornecer dados estatísticos de suas atividades. 17. Apresentar relatórios periódicos. 18. Desempenhar tarefas semelhantes (BRASIL, 1973, p. 182, grifos nossos).

Em maio de 1979, o Núcleo de Recursos Humanos – NRH do MEC publicou um documento intitulado “Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC”. Com a justificativa de examinar o segmento técnico dos TAE’s, e de que a educação brasileira estava demandando uma definição de papéis dos profissionais formados, dado a pluralidade e heterogeneidade de expansão do Estado e das próprias atividades do MEC.

Sobre o objetivo das considerações, o NRH esclareceu que

Os propósitos deste trabalho prendem-se sobretudo à obtenção de informações que possibilitem uma melhor compreensão das atribuições dos profissionais

de educação (inspetores de ensino, técnicos de educação, assistentes de educação, etc...) hoje componentes da Categoria Funcional de Técnicos em Assuntos Educacionais (MEC, 1979, p. 10).

Sua finalidade era de dotar os órgãos educacionais de profissionais qualificados para a realização das atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução de trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos, visando a solução dos problemas de educação (MEC, 1979).

Observamos que realmente não havia clareza sobre as atribuições da categoria, nem tampouco das exigências de qualificação para investidura no cargo.

Ainda no referido documento, no capítulo I “O TAE e sua dimensão histórica”, o NRH sintetiza o que se percebeu na evolução das leis que tratam especificamente das atribuições dos profissionais de educação (há época, eram inspetores, supervisores e técnicos de educação), senão vejamos:

- A recente história da Universidade no Brasil e a falta de tradição dos cursos de formação especiais de Técnico de Educação.
- Uma preocupação inicial quase exclusiva com a formação do professor do ensino secundário e normal e conseqüente abandono da formação ou organização de habilitação específica de outros tipos de profissionais ou especialistas, tais como o de orientador, o inspetor de ensino e o administrador escolar.
- Não configuração tanto do lado do mercado de trabalho, quanto do lado das agências formadoras e estrutura legal, do perfil profissional dos especialistas em educação.
- Deficiente e heterogênea composição do quadro de técnicos do MEC.
- Política de enquadramento que levou aos quadros de Técnicos de Educação elementos sem as correspondentes qualificações exigidas.
- Nomeações feitas sem qualquer critério quanto à qualificação profissional (MEC, 1979, p. 22).

Resta claro que anteriormente, Técnico em Assuntos Educacionais se tratava de uma categoria, que abrangia demais cargos não docentes; e não um cargo específico como é hoje no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Com a promulgação da Lei 7.596 de 10 de abril de 1987 veio a promessa de regulamentação de um Plano de Cargos e Salários para os servidores técnicos administrativos. O artigo 3º estabelecia que:

Art. 3º As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, **terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos** para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e

ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor (BRASIL, 1987, grifos nossos).

E em 23 de julho de 1987 foi promulgado o Decreto 94.664, que aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que tratava a Lei 7.596/87, que trouxe a classificação de cargos e empregos:

Art. 18. Os cargos e empregos do pessoal técnico-administrativo são classificados nos seguintes grupos ocupacionais, de acordo com a natureza das respectivas atividades, e serão estruturados em subgrupos:

I - Grupo Nível de Apoio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades de apoio operacional, especializado ou não, que requeiram escolaridade de 1º Grau ou experiência comprovada ou ainda conhecimento específico;

II - Grupo Nível Médio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 2º Grau ou especialização ou formação de 1º Grau, com especialização ou experiência na área;

III - Grupo Nível Superior, compreendendo cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 3º Grau ou registro no conselho superior competente.

[...]

Art. 20. Os cargos ou empregos integrantes dos grupos previstos nos arts. 18 e 19 serão especificados em ato a ser expedido pelo Ministro da Educação (BRASIL, 1987).

A Portaria do MEC nº 475 de 26 de agosto de 1987 enfim veio regulamentar o Decreto para especificar os cargos técnicos administrativos, expedindo normas complementares para a execução do Decreto 94.664/87; no mesmo documento com regulamentações do pessoal docente.

Atualmente, o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação – PCCTAE, agora um documento próprio somente dos técnicos, está regulamentado pela Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Através de ofício circular nº 15/2005, expedido pelo MEC aos Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino, foi realizada a descrição dos cargos técnicos-administrativos em educação. A descrição do cargo Técnico em Assuntos Educacionais, nível de classificação E, e o requisito de qualificação para o ingresso no cargo assim ficou estabelecido:

ESCOLARIDADE: Curso Superior em Pedagogia ou Licenciaturas. Descrição do cargo: Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (MEC, 2005).

Descrição das atividades típicas do cargo:

- Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos.
- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (MEC, 2005).

No ano de 2014, o MEC expediu a Portaria nº 27 de 15 de janeiro de 2014, instituindo o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, com o objetivo de “Promover, de forma complementar, condições para o desenvolvimento dos servidores integrantes do PCCTAE com vistas ao desenvolvimento profissional e da gestão nas Instituições Federais de Ensino” (BRASIL, 2014).

E, apesar de toda a legislação e evolução do quadro funcional dos servidores técnico administrativos em educação, e do ofício circular do MEC com a descrição dos cargos, o exercício do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, em muitas instituições, vem sendo realizado essencialmente em atividades administrativas, com claro desvio de função.

Sobre a evolução da legislação, no artigo “Educadores na LDB: gestores e apoio escolar” Neto escreveu que “Em uma análise, ainda que preliminar, verifica-se tão somente a preocupação em fomentar uma política de formação do magistério, excluindo de forma institucional os demais educadores não docentes” (NETO, 2012, p. 4).

A partir deste apanhado da legislação, se faz necessária a análise da evolução da categoria e também das contradições da história do cargo no cotidiano das instituições federais de ensino, concebidas como instituições sociais que também possuem uma história e diversos sujeitos que a compuseram. Divergências, questões complexas do efetivo exercício das funções dos técnicos administrativos em educação e as relações de poder daí advindas são objeto da pesquisa que estamos realizando.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa ainda se encontra em fase de coleta de dados, aguardando o parecer do Comitê de Ética para iniciarmos a aplicação dos questionários aos técnicos em assuntos educacionais.

A revisão de literatura que está sendo realizada é basicamente com dissertações de mestrado, uma vez que publicações são escassas sobre o trabalho dos técnicos

administrativos em educação.

Explicitar as atividades desenvolvidas pelos técnicos em assuntos educacionais e suas propostas de ação de acordo com a formação de cada um será interessante para atuação destes servidores que muitas das vezes não fazem a relação de sua formação com seu cotidiano institucional.

Da mesma maneira, refletir sobre as relações de poder institucionais trás a tona questões que vem desde a criação dos cargos técnicos nas universidades. Fazer este resgate histórico ajudará no entendimento desta relação.

Neste sentido, entendemos que a pesquisa será de grande valia para a categoria dos técnicos em assuntos educacionais, e também para dos técnicos administrativos no geral, uma vez que será explicitada a questão da relação de poder entre docentes e técnicos; as atribuições do cargo e as relações decorrentes de seu trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto N. 72.493, de 19 de julho de 1973.** Dispõe sobre o Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 jul. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72493.htm>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto N. 76.640, de 19 de novembro de 1975.** Inclui Categoria Funcional no Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei número 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 nov. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D76640.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto N. 94.664, de 23 de julho de 1987.** Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 jul. 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D94664.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N. 5.645, de 10 de dezembro de 1970.** Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 dez. 1970. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm>. Acesso em: 07 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N. 7.596, de 10 de abril de 1987.** Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 abr. 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7596.htm>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. **Lei N. 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005.**

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 475, de 26 de agosto de 1987**. Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=2919>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Apoio. Departamento de Pessoal. **Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC**. Brasília, mar/1979. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001934.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 27, de 15 de janeiro de 2014**. Institui o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 11, p. 26-28, 16 jan. 2014. Seção 1.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (Brasil). **Portaria nº 146, de 17 de agosto de 1973**. Especificações de classes do Grupo Outras Atividades de Nível Superior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 ago. 1973. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacao/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=3177>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FONSECA, J. C. de F.; SALES, M. M. e DIAS, F. C. T. **Psicologia, trabalho e subjetividade, modos de fazer e de ser**: notas sobre as regulações vividas por trabalhadores técnico-administrativos em uma universidade pública. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 5(2), São João del-Rei, agosto/dezembro 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZAGA, Yone Maria. Zumbi, **Parecer do CNE e as lutas cotidianas**. In: Informativo Sindifes, edição 414, novembro-dezembro, Belo Horizonte, Ano 17, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

NETO, Antonio Gomes da Costa. **Educadores na LDB**: gestores, técnicos e apoio escolar. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0321.html>. Acesso em 12 nov. 2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes Comunitários de Saúde 98, 101, 106, 107

Agrotóxicos 2, 3

Aprender pela Experiência 174

Atenção Primária à Saúde 35, 36, 39, 40, 43, 44

B

Business Intelligence 109, 110, 114, 115

C

Cidadania Planetária 99, 107, 108

Contextos socioculturais 185

D

Desempenho Acadêmico 109

E

Educação 2, 5, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 23, 26, 33, 34, 35, 41, 53, 56, 61, 66, 70, 74, 76, 77, 78, 80, 87, 98, 99, 107, 108, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 146, 147, 148, 159, 164, 169, 170, 171, 175, 176, 183, 197, 198, 201, 202, 207, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 221, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 242, 243, 245, 253, 254, 263, 265, 268, 274, 275, 276, 286, 295, 297, 298, 301, 302, 305, 306, 307, 313, 323, 324, 325, 327, 329, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 360, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368

Educação de Jovens e Adultos 3, 74, 197, 198, 201, 216

Educação em Saúde 35

Educação Feminina 23, 34

Educação Matemática Inclusiva 78

Empreendedorismo 202

Enfermagem 35, 43, 44, 254

Escola técnica 202

Estado do Conhecimento 66

Estágio Supervisionado 197, 198, 201

F

Formação de Professores 66, 76, 229, 274, 287, 288, 321, 351

G

Gestão da Informação 109, 111, 112

I

Identidade Docente 66

L

Livros paradidáticos 135, 148

M

Metodologias ativas de aprendizagem 7, 45

Método Psicanalítico de Pesquisa 185

O

Observatório da Educação 78, 80

P

Pensamento Complexo 99, 101

Planejamento 35, 133, 171, 295, 320, 326, 368

Política Educacional 125, 229

Práticas agroecológicas 2

Práticas Docentes 218

Processos clínicos 185

Professor universitário 160

Promoção à Saúde 35

R

Relações familiares 245

S

Sistemas de Informação 109, 113

Subjetividade 224, 229, 245

Sujeitos 245

T

Técnicos em Assuntos Educacionais 125, 126, 127, 129, 130, 134

Tecnologia da Informação 109, 113

Transferência-construtivista 185

Transgeracionalidade 174, 184

Transmissão Psíquica 174

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-555-6

